



ESPAÑA

Processo a Pujol vai “até ao fim”

FRAUDE Ministro da Fazenda, Cristóbal Montoro, afirma que pedido de desculpas público do ex-líder da Catalunha não é suficiente

O ministro da Fazenda espanhol, Cristóbal Montoro, assegurou ontem que as autoridades vão levar “até ao final” a investigação sobre a alegada fraude fiscal cometida pelo ex-presidente do Governo Regional catalão, Jordi Pujol.

Montoro, que falava na Comissão de Orçamento do Congresso de Deputados, garantiu que o Governo atuará de forma administrativa e judicial e que não se pode descartar que se tenham cometido um ou vários delitos.

Jordi Pujol (*na foto*), uma das principais figuras da política catalã, confessou numa carta em 25 de julho que a sua família não tinha regularizado uma fortuna no valor de mais de quatro milhões de euros, que alega serem provenientes de uma herança, e que estavam depositados em bancos em Andorra.

No mesmo dia Pujol, apresentou uma denúncia contra pessoas incertas por terem revelado a existência das contas da família.

A confissão de Pujol causou uma forte convulsão política na Catalunha e no resto de Espanha, com exigências de que o ex-presidente regional renuncie a todos os privilégios de que gozava em função do cargo que ocupou durante 23 anos.

Na sua intervenção de ontem, Montoro garantiu que Pujol não foi um dos cidadãos espanhóis que se acolheram à amnistia fiscal aprovada pelo Governo espanhol em 2012. Ao mesmo tempo, criticou o “comportamento ético e político reprovável” que “poucos podiam imaginar” do ex-presidente do Governo Regional. E sublinhou que a confissão de Pujol “não foi espontânea” mas sim uma resposta quando o ex-líder catalão se viu “acurralado” pelos investigadores.

Para Montoro o caso

da família Pujol é um “dos mais graves” de fraude fiscal em termos qualitativos, tendo causado “alarme social”, assegurando que o caso não se fecha com o pedido de perdão público.

Entretanto, em Barcelona, a Comissão de Assuntos Institucionais do Parlamento catalão aprovou por unanimidade a convocatória de Jordi Pujol para que dê explicações sobre o património oculto que confessou ter. Pujol será informado da decisão da comissão tendo ainda que decidir se vai ou não ao Parlamento dar explicações.

Do lado do governo catalão, o seu líder, Artur Mas, considerou que o caso é do “âmbito pessoal e familiar” do ex-líder. “É um assunto estritamente privado, pessoal e familiar que não tem nada que ver com o Convergência e União (partido que defende a independência da Catalunha)”, disse Artur Mas em comunicado emitido quando estalou o escândalo. **Lusa**



JOÃO GIRÃO / GLOBAL IMAGENS